

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JORGE BITENCOURT REJAILI

**O COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA E SUA PAUTA IMPORTADORA
(1910-1920)**

CURITIBA

2016

JORGE BITENCOURT REJAILI

**O COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA E SUA PAUTA IMPORTADORA
(1910-1920)**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

JORGE BITENCOURT REJAILI

O COMPLEXO CAFEEIRO PAULISTA E SUA PAUTA IMPORTADORA

Monografia apresentada como requisito parcial à para obtenção do grau de bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva (orientador)
Departamento de economia da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Prof. Dr. Adilson Volpi
Departamento de economia da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Prof. Dr. Armando Dalla Costa
Departamento de economia da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Curitiba, 13 de dezembro de 2016.

Dedico este trabalho aos
meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, Claudia, Julia, Barbara, Balau, André, Vitória, Joãozinho, Vitor e Coutinho.

Agradeço ao meu orientador, Gustavo Pereira, que me ensinou muito, e esteve presente todo tempo, seja na faculdade, no futebol ou na mesa do bar.

Agradeço ao professor Fabiano Dalto que me abriu novos horizontes no conhecimento, e foi mais que apenas um professor e tutor.

Agradeço a meus pais, Jorge e Solange, e meu irmão, Henrique, que são minha base, e sem eles não chegaria onde estou.

Agradeço a minha companheira, Gabriele, que me deu suporte incondicional e teve toda paciência do mundo. Ela esteve comigo nos piores e melhores momentos e serei eternamente grato por isso.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a pauta importadora do Estado de São Paulo durante a Primeira República e como ela está relacionada e intimamente ligada com o complexo cafeeiro paulista e a expansão do café. As mudanças econômicas e sociais que aconteceram na passagem da economia imperial para a economia da Primeira República também serão demonstradas de forma detalhada. O dinamismo que o estado ganha com as profundas mudanças na Primeira República são imprescindíveis para compreender como a região teve grande crescimento e desenvolvimento. A indústria paulista que se formou e cresceu, em alguns casos até mesmo durante a primeira guerra mundial, teve toque especial da expansão cafeeira. O estudo tenta dar alguma contribuição para o entendimento da economia paulista da época.

Palavras-chave: Complexo cafeeiro. Pauta importadora. Industrialização.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MÉDIA ANUAL DA TAXA DE CâMBIO.....	29
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS NO PORTO DE SANTOS SOBRE TOTAL DA IMPORTAÇÃO.....	29
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS IMPORTADOS NO PORTO DE SANTOS SOBRE TOTAL DA IMPORTAÇÃO	30
TABELA 4 – IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS RELACIONADOS COM A INDÚSTRIA TÊXTIL.....	37
TABELA 5 – IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS PARA INDÚSTRIA.....	39

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 CONTEXTO HISTÓRICO – TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES.....	11
2.1 ECONOMIA DO IMPÉRIO.....	11
2.2 TRANSIÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL PARA A CAPITALISTA.....	15
2.3 O COMPLEXO CAFEEIRO.....	20
3 A PAUTA IMPORTADORA DE SÃO PAULO.....	26
3.1 BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO INTERNACIONAL: TARIFAS E TAXA DE CâMBIO.....	26
3.2 PANORAMA GERAL DA IMPORTAÇÕES E APRESENTAÇÃO DO DADOS.....	29
3.3 ANÁLISE E EXPLICAÇÕES PARA A PAUTA IMPORTADORA.....	31
3.4 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
Referências.....	41

1 INTRODUÇÃO

A economia cafeeira foi de extrema importância para a formação e desenvolvimento do Estado de São Paulo, trazendo maior dinamismo e tornou possível o desenvolvimento de outras áreas da economia estadual. Este dinamismo iminente da região pode ser visto sob vários aspectos, e um deles, é a pauta importadora. A pauta de importação da região cafeeira paulista mostra quais eram as necessidades para que o desenvolvimento do café fosse possível.

Este trabalho pretende fazer uma análise da pauta importadora paulista durante a Primeira República, mais precisamente dos anos 1910 até 1920, bem como analisar as transformações no funcionamento econômico estado de São Paulo naquele período.

Buscamos estudar como o complexo cafeeiro, principalmente, influencia e molda quais produtos serão importados na região e ainda, como objetivo secundário, entrar, mesmo que não profundamente, na grande discussão entorno da industrialização durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este trabalho pode ser, de alguma forma, uma contribuição para o entendimento do funcionamento da economia paulista na Primeira República, já que busca fazer uma análise detalhada de cada produto importado e o que ele significava na economia cafeeira paulista.

Para obtenção de dados utilizou-se o “Boletim da Diretoria de Industria e Comércio do Estado de São Paulo”, realizado pela “Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”, dos anos entre 1910 e 1920. Para dar respaldo teórico serão usufruídos diversos textos da historiografia econômica brasileira, mas, principalmente, duas obras clássicas: *O Capitalismo Tardio* de João Manuel Cardoso de Mello e *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*.

O trabalho será dividido em duas partes. A primeira delas refere-se a uma contextualização histórica e econômica dos anos que antecedem a Primeira República (1889-1930), ou seja, um breve resumo da economia imperial no século XIX. Além disso, destacaremos a transição leva o Brasil de uma economia agrária-escravista

para uma economia agroexportadora capitalista. Esta parte se finaliza com a explicação e definição do complexo cafeeiro capitalista paulista.

A segunda parte é composta pela análise dos dados obtidos. Antes das análises, foi feito uma contextualização do Brasil e sua participação no capitalismo mundial e considerações acerca das políticas tarifárias e o comportamento cambial do período em questão. Os dados serão estudados da seguinte maneira: primeiro, observa-se quais produtos eram os mais importados e, em seguida, quais fatores podem ter influenciado nesse grau de importação. Por fim, colocamos o debate sobre a industrialização durante a primeira Guerra Mundial que será abordado sob o escopo das importações.

2 CONTEXTO HISTÓRICO – TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES

Para melhor entendermos como era a pauta importadora no estado de São Paulo é necessário que tenhamos um panorama de como a sociedade paulista e brasileira funcionava na época. Utilizando como fonte bibliográfica autores consagrados da historiografia econômica, a análise será feita em três etapas.

Primeiramente, buscando entender como funcionava, em aspectos gerais, a economia no Império. A segunda etapa consiste em analisar como se deu a transformação da economia no período imperial, de sua base agrária-escravista que vinham dos tempos coloniais, até chegarmos à economia agroexportadora capitalista na Primeira República (1889-1930).

A terceira etapa busca destacar alguns aspectos do processo produtivo que foram de extrema importância para a formação da economia cafeeira paulista, com base no trabalho de João Manuel Cardoso de Mello, “O Capitalismo Tardio”, para termos ideia de como foi formado e desenvolvido um capitalismo púbere a partir da abolição da escravatura.

Wilson Cano e seu livro “Raízes da Concentração Industrial em São Paulo” nos mostrará como era o funcionamento da São Paulo cafeeira da Primeira República, utilizando seu conceito de *complexo econômico capitalista cafeeiro*, e como esse complexo estimulou novas atividades, dando maior dinamismo à sociedade e economia paulista durante no final do século XIX e décadas iniciais do século XX.

2.1 ECONOMIA DO IMPÉRIO

Dada a manutenção do caráter agroexportador da economia brasileira na passagem do século XIX ao XX, configurada na permanência do café como principal produto de exportação, iniciamos com um apanhado geral de como se comportou a economia do Império. Essa análise geral do Império é feita por Abreu e Lago (2010 p. 1-22 e 36-38). O funcionamento da economia do Império será brevemente analisado, já que o escopo deste trabalho é o período subsequente a ele.

Os produtos agrícolas que mais se destacavam no começo do período imperial – os autores advertem não haver estatísticas consolidadas sobre a produção

agrícola da época, entretanto eles utilizam dados de exportação para determinar os produtos mais relevantes do período – eram destaques também no sistema colonial: o açúcar, o fumo e o algodão. O café se tornaria a principal fonte de exportação no país em meados de 1830, sendo ele somado aos três outros produtos citados acima responsáveis por parte substancial das exportações durante todo período imperial.

Durante o período imperial, o café passou representando de 20% para 60% do total das exportações. Não só se observou variações na quantidade exportada, mas também o local de cultivo foi transformado. Em 1840, o Rio de Janeiro possuía 80% das exportações de café, enquanto São Paulo tinha apenas 16%. Contudo, no ano de 1880, verificamos uma mudança de cenário, com a participação carioca nas exportações baixando para 41%, enquanto a paulista subia para 35% das exportações. Parte desse crescimento de São Paulo pode ser explicado pela utilização das terras disponíveis no Oeste Paulista¹.

O açúcar, por outro lado, diminui sua participação de 30% para 10% no decorrer do Império. Sua produção se concentrava na região nordeste, nos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia. O algodão também diminui sua participação nas exportações, caindo de 21% para 4%, contração possivelmente explicada pelo aumento do consumo interno. Sua produção era aglomerada nos estados de Pernambuco e no Maranhão.

A borracha, apesar de não ter muita relevância nas exportações agrícolas durante o início do Império, começa a ser notada a partir do fim dos anos 1840 e início dos anos 1850, com a produção localizada no estado do Pará. A Amazônia corresponderia, no cabo da década de 1880 e início do ciclo da borracha, ao principal produtor de borracha do país. A extração de minérios em Minas Gerais e Bahia, principalmente ouro e diamante, tem participação nas exportações em 5% no início do império e decai para apenas 1% no final do mesmo (Abreu & Lago, 2010).

¹ De acordo com a classificação adotada por Milliet (1982), que delimitou as regiões paulistas de acordo com as ferrovias nelas presentes, no que se convencionou chamar de Oeste Paulista estavam inseridas três zonas: a Central, a da Paulista (em referência à Companhia Paulista de Estradas de Ferro criada em 1868) e a da Mogiana (em referência à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro criada em 1872): em 1886, as três áreas somadas produziram 74,5% do café paulista. Destacava-se na Zona Central a cidade de Campinas; na Zona da Paulista, as cidades Rio Claro, São Carlos e Araraquara; e, na Zona da Mogiana, as localidades de Ribeirão Preto e Franca.

Considerando o domínio nas exportações, vemos que a expansão do café trouxe alguns benefícios para outras áreas da economia e da sociedade como um todo:

A economia cafeeira, e em menor medida, outros polos de exportação, estimularam a criação de importante infraestrutura, em especial ferrovias públicas e privadas. Entre as ferrovias privadas parte foi estabelecida por empresários estrangeiros, parte por capitalistas nacionais. No final do período imperial, respondendo às demandas da urbanização, ganhou importância a provisão de serviços públicos urbanos, também com importante papel do capital estrangeiro. (Abreu & Lago, 2010, p.38)

Sobre os fatores de produção, a análise será feita em três âmbitos: trabalho (separado em trabalho assalariado e trabalho escravo); terra e capital. O trabalho assalariado, que pode ser analisado pela imigração – já que a população do início do Império era de aproximadamente 4,5 milhões de pessoas e parte considerável dessa população era escrava – mostra-se em baixo crescimento durante o período de 1820 – 1850. A paralisação do tráfico de escravos impôs ao governo imperial buscar novas formas para atrair imigrantes para compor a mão de obra no Império. Depois de algumas políticas malsucedidas, a imigração começa de forma realmente expressiva nos de 1887 – 1889, e depois disso nota-se alto crescimento, sobretudo para a região de São Paulo (Abreu & Lago, 2010).

A importação de escravos durante a primeira metade do século XIX volta-se, sobretudo, à região cafeeira, que absorve 2/3 do total das importações de escravos, fato que mostra a disparidade entre a região do café e outras regiões do país. A importação de escravos foi mantida até 1850 quando, por pressão inglesa, o tráfico de escravos foi tornado ilegal pelo governo Imperial. Com o fim do tráfico, a concentração de escravos na região do café foi inevitável. O Nordeste foi a região mais substancialmente afetada com o fim do tráfico. A alta nos preços dos escravos fez alguns menores produtores nordestinos de açúcar e algodão venderem seus escravos para a região cafeeira, mais rica e em alto crescimento, o que provocou o aumento da utilização da mão de obra assalariada na região nordestina (Furtado, 2007).

De fato, o fim do tráfico de escravos africanos teve duas consequências básicas no Nordeste: levou ao crescente emprego de mão-de-obra livre na produção de açúcar e de algodão e a significativas exportações

interprovinciais de escravos, principalmente para a região cafeeira (ABREU & LAGO, 2010, P.14).

A região cafeeira, depois de uma política de parceria para atrair imigrantes para o trabalho no café fracassada, viu-se obrigada a utilizar mão de obra escrava como principal fonte de trabalho, situação que começa a mudar com a Lei do Ventre Livre de 1871 e, ainda mais, com mudanças na legislação em 1884 em São Paulo, que deu maior liberdade para a imigração europeia em direção a região (Prado Junior, 1969).

A posse da terra no Império se deu na forma de ocupação e tomada, algumas vezes à força e ilegal. A maior parte da terra era formada por grandes latifúndios. Mesmo com a criação da “Lei das Terras”, em 1850, que buscava acabar com usurpação da terra do Império “[...] a estrutura fundiária resultante do período colonial, baseada principalmente em grandes propriedades, não se alterou significativamente ao longo do século XIX” (Abreu & Lago, 2010, p.18).

Na região Sul, por outro lado, a “Lei de Terras” teve sua importância ao facilitar a formação de pequenas comunidades de produtores alimentícios – que conseguiam um bom mercado vendendo para as outras províncias – compostas por imigrantes europeus. Já no Nordeste, Norte e Centro-oeste, a grande propriedade latifundiária prevaleceu durante todo o Império.

No estado de São Paulo, a grande propriedade também predominava, e a situação foi acentuada com a expansão do café a partir da década de 1820 – principalmente no vale do Paraíba –, o que causou o fim de muitas pequenas propriedades familiares. Ainda em São Paulo grandes áreas de terra para o cultivo do café foram ocupadas no Centro-Oeste paulista conforme a necessidade por novos territórios aumentava. (Dean, 1970; Silva, 1996).

Politicamente, a província de São Paulo, apoiada no aumento do cultivo do café, iniciava uma defesa mais incisiva de seus interesses econômicos, cujo projeto seria o de uma federação e autonomia aos Estados. O fim do Império veio com o desgaste da forma de governo e com a abolição da escravidão.

No plano político, ganharam força os interesses paulistas em detrimento dos interesses do Nordeste. Cresceu também, após a vitória na guerra do Paraguai, a influência dos militares republicanos, muitos deles positivistas.

Em meio aos debates sobre a abolição e a república foi clara a erosão do “baianismo”, ou seja, da preponderância política “nortista”. As consequências econômicas da protelada abolição da escravidão e a fadiga das instituições imperiais levariam à proclamação da república e à rápida reversão do quadro econômico favorável da segunda metade da década de 1880 (Abreu & Lago, 2010, p.38).

2.2 TRANSIÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL PARA A CAPITALISTA

Feito o balanço da economia imperial, será possível adentrar em mais detalhes da transição para a economia capitalista da Primeira República. O trabalho de João Manuel Cardoso de Mello (1982) busca analisar e repensar, de forma inovadora, o modo em que se formou e desenvolveu o capitalismo nas sociedades latino-americanas. Esse novo aspecto do pensamento abordado pelo autor se dá, inicialmente, ao abandonar o “paradigma cepalino”². Mello afirma que o capitalismo brasileiro começa com o fim da escravidão e o início da economia primário-exportadora, um sistema exportador baseado no trabalho assalariado:

O surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina. Não, é certo, do modo especificamente capitalista de produção, desde que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas de produção (1982, p.31).

Para melhor compreensão de como foi essa transformação da economia colonial, passando de uma economia mercantil-escravista para um modelo capitalista, é importante analisarmos como se deu o fim desse sistema colonial e como seu fim deu as bases para formação do capitalismo brasileiro.

Mello faz isso mostrando esse processo de forma edificante. Para o autor, o começo da crise da economia colonial se dá na queda do exclusivo metropolitano e a formação de um estado nacional. O final desse sistema colonial dá espaço para formação de uma economia mercantil-escravista cafeeira, como ele denomina. Mas como essa economia especificamente se formou? Mello cita fatores que são necessários analisar para compreender essa questão, são eles: as origens do capital-

² Para mais detalhes do pensamento da Cepal e sua originalidade ver PREBISCH, R. (1949). *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*.

dinheiro; mobilização e presenças dos recursos de produção e surgimento de uma demanda externa por café.

Na questão da origem do capital, afirma que o capital mercantil nacional foi fundamental para financiar o café. Esse capital vinha sendo formado timidamente durante o período colonial. A impulsão do mesmo veio pelo fim do exclusivo metropolitano e ainda a vinda da família real para o Brasil deu condições para formação de um incipiente sistema monetário nacional.

A economia cafeeira “desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial” (Furtado, 2007, p.171), experiência comercial que vinha da comercialização de produtos e animais para o transporte na economia mineradora. Para Furtado, a formação desse grupo de empresários comerciais deu oportunidade aos mesmos de acumularem capital e, posteriormente, participarem da produção do café.

Quanto aos recursos produtivos, Mello (1982), utilizando as ideias de Celso Furtado e Caio Prado Jr., afirma que havia mão de obra escrava disponível do findar da economia mineira e ainda muita terra acessível aos arredores do Rio de Janeiro que eram favoráveis ao plantio do café.

Caio Prado Jr., no seu clássico Formação do Brasil Contemporâneo, analisa a mudança do eixo econômico do Brasil e como isso muda demograficamente o país. O autor afirma ainda que “territórios virgens são devastados e ocupados; novas atividades se iniciam” (2006, p.84), e isso é o que acontece com a expansão do café. Novas terras – abundantes em várias partes do país - no Rio de Janeiro e São Paulo, que agora são o eixo econômico do país, são ocupadas e tem-se grande transição demográfica para essas áreas.

Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira (Furtado, 2007, p.169).

Porém, Mello (1982), faz uma ressalva importante de ser mencionada. Ele indaga que mesmo sendo um requisito a disponibilidade de recursos, ela, sozinha, não seria capaz de compreender o nascimento da economia cafeeira. Dificuldades

existiam na oferta do café. A transição da mão de obra escrava da economia mineira para a cafeeira era dificultada pelo simples fato do escravo ser um ativo que precisa ser comprado. A terra também precisava ser comprada, caso necessário. Ademais, o café é uma planta em que têm longo período para maturação. Custos relacionados com o cuidado do plantio, antes mesmo da colheita, seriam indispensáveis.

Colocando a questão da demanda externa por café em pauta, Furtado (2007) reitera que o café começa a ter importância para o comércio no fim do século XVIII, quando os preços se elevam pelo descompasso do grande produtor da planta até então, o Haiti, colonizado pela França.

Simonsen (1957) ainda afirma que é com a chegada da era industrial do século XIX na Europa – época de enorme demanda de esforço intelectual e físico - que o café passa a ser mais difundido, principalmente entre a classe operária. Processo que intensifica a produção brasileira de café, e ainda abaixa os preços. Adiciona-se a tudo isso que, na visão de Mello (1982), a própria expansão da oferta brasileira de café permite com que a demanda cresça tanto e, ciclicamente, aumente, de novo, a oferta. Prova disso que, em 1830, o Brasil já era o maior produtor de café do mundo.

Em resumo, o fim do exclusivo metropolitano; a formação do estado nacional; o financiamento do capital mercantil nacional; escravos vindos do fim da economia mineira; terras em abundância em São Paulo e Rio de Janeiro e ainda aumento da demanda externa por café foram os principais motivos para a formação dessa economia mercantil escravista cafeeira no país.

O modelo de economia que tinha como principal característica o latifúndio escravista, que, segundo Mello, era a forma mais rentável. Latifúndio, pelo fato da produção precisar ser em alta escala; e escravista, por ser a mão de obra mais lucrativa. Essas duas características principais dessa economia, junto com a demanda externa, eram fundamentais para o desenvolvimento da economia escravista cafeeira. Era preciso garantir a obtenção de escravos com um preço lucrativo, dispor de novas terras para o plantio do café e ainda haver mercado das economias que importavam o café (Mello, 1982). O autor busca analisar de que forma essas três condições eram ou não supridas.

Ele afirma que com o fim do comércio de escravos em 1850 era necessário assegurar que a reprodução da população seja feita internamente. Contudo, o único meio para modificar o panorama era aumentar a taxa de natalidade e diminuir a taxa de mortalidade através da diminuição da taxa de exploração do escravo – é sabido que as condições de vida de um escravo na exploração do café eram desumanas; má alimentação, pouca higiene, longas jornadas de trabalho, contração de doenças.

Porém, todo empresário buscava explorar ao máximo seu escravo a fim de obter a maior taxa de lucro possível, sem levar em conta a taxa de acumulação da economia total. A busca incessante por lucro individual não dava nenhuma perspectiva de aumento da taxa de natalidade dos escravos, restando, assim, aos produtores sobreviverem à alta dos preços da mão de obra para se manterem no mercado. Suportar a elevação constante dos preços dos escravos seria insustentável, até que o ponto limite de retrocesso da economia mercantil escravista seria inevitável.

A descoberta de novas terras férteis para o plantio do café era fator decisivo para o desenvolvimento da economia mercantil escravista. Porém, não só a descoberta de novas terras era suficiente, essas novas terras precisavam ser lucrativas na questão de transporte do café – terras muito distantes do ponto de exportação aumentavam o custo e diminuía as taxas de lucro.

Mello faz um exercício mostrando como era inviável a interiorização da produção do café. Ele indaga que uma expansão cada vez mais ao interior de São Paulo elevaria constantemente os custos de transporte, já que o transporte estava inserido no contexto da economia mercantil escravista, Mello explica: “Quer dizer, um setor [de transporte] independente, apoiado no trabalho escravo e na força animal, desde que a presença do escravo, ainda aqui, impunha limites estreitos à tecnologia adotada” (1982, p. 63-64).

O aumento ininterrupto dos custos de transporte levaria, tudo o mais constante, a uma diminuição da taxa de lucro e, conseqüentemente, emperraria a acumulação. Ademais, o uso das zonas de plantio era intenso e predatório, quase nenhum tipo de recuperação do solo era realizado. Os dois motivos citados demonstram um empecilho para o andamento da economia cafeeira mercantil e escravista (Mello, 1982).

Mello analisa como seria possível a permanência do Brasil no mercado exterior de café. Após a generalização do café — período onde o preço do café precisava ser baixo para se adentrar no mercado mundial – nas primeiras décadas do século XIX, o consumo de massa nos países importadores precisava ser mantido, para isso o preço do café não poderia atingir, como denomina o autor, um limite superior. Caso os preços do café aumentassem de tal forma a atingir esse limite, os consumidores poderiam deixar de consumir o produto ou trocarem por algum bem substituto, além disso, era preciso competir com outros ofertantes mundiais.

Oscilações dos preços vinham basicamente de três fontes: do caráter permanente do plantio de café, onde a maturação durava em torno de quatro a cinco anos; das condições da demanda externa, dependendo das economias que importavam o café; e da ação de fatores naturais. Vê-se que a variação dos preços tinha caráter cíclico, causado tanto por movimentos nas economias importadoras e por questões na oferta. O autor conclui que os preços não seriam capazes de compensar a queda na taxa de lucros decadentes.

Resumidamente, o aumento inevitável dos custos de transporte, a falta da mão de obra escrava, os altos custos dessa mão de obra e a disponibilidade de terras causaram diminuição nas taxas de lucro e acumulação. Mesmo com preços altos, que mantinham rentável temporariamente o negócio cafeeiro, ao longo prazo, os limites impostos pelos problemas citados anteriormente forçavam alterações no funcionamento do sistema, tendo a crise da economia mercantil escravista se iniciado no final da década de 1870, no Rio de Janeiro (Stein, 1961).

O desenvolvimento da estrada de ferro no Estado de São Paulo começa a mudar o panorama da economia, desde 1860 em diante o capital nacional mercantil, junto com o capital estrangeiro – apoiado pelas garantias do governo — passaram a aumentar os gastos ferroviários (Saes, 2002). Mesmo que o desenvolvimento ferroviário desse fôlego à economia mercantil escravista, ele possibilitava a interiorização da produção – principalmente para o oeste paulista – demandando, assim, mais terras e mão de obra.

O trabalho escravo era um empecilho para a acumulação, e agora não conseguia atender à nova demanda por trabalho, sendo o trabalho assalariado a saída

mais lógica e lucrativa para acabar com a restrição na economia cafeeira. Mello atesta: “não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação” (1982, p.83).

Portanto, o que precisa ser entendido é que a transição do trabalho escravo para o assalariado tem ponto central em como isso afetava a acumulação. Mesmo que, com os escravos era possível se obter taxas individuais maiores do que com o trabalho assalariado, ele seria trocado se estivesse atrapalhando a taxa de acumulação do capital, e foi o que aconteceu. O movimento abolicionista, que antes tinha apoio de apenas algumas classes sociais e econômicas, passa a ter apoio da classe dominante do grande capital da economia cafeeira, culminando em 1888, ano em que se acabou com a escravidão no Brasil.

2.3 O COMPLEXO CAFEEIRO

A abolição da escravatura determina o fim da economia mercantil escravista, iniciando a fase capitalista de produção do café, que passa a ser baseada no trabalho assalariado do imigrante. Junto da abolição, temos a Proclamação da República em 1889, e com ela um novo funcionamento político e econômico, tanto no Brasil como no estado de São Paulo.

Vale lembrar que entre 1889 até 1894 temos a República da Espada, e de 1894 até 1930 temos a República Oligárquica, com a passagem de um Estado mais centralizador para mais autonomia para as oligarquias regionais – expresso na Constituição de 1891. São Paulo e Minas Gerais, dominantes política e economicamente, têm forte papel neste período, apoiadas nas exportações de café (Franco e Lago, 2012).

Utilizando o conceito de complexo econômico de Wilson Cano (1977) é possível analisar como a passagem do trabalho escravo para trabalho assalariado de imigrantes permitiu a formação do complexo cafeeiro capitalista, gerando como uma de suas atividades paralelas as indústrias, e afetando também o consumo, e o comércio exterior.

Primeiramente, é preciso definir o que é um complexo econômico para Cano (1977). As principais partes que compõem um processo dinâmico de crescimento, a atuação dessas partes nessa mesma economia e como elas interagem entre si e com elementos periféricos para formação de um conjunto econômico, são atividades que, sofrendo atuações de variáveis dependentes e independentes, formam um complexo econômico.

Porém nem toda atividade econômica pode ser considerada um complexo econômico. Para o autor um complexo econômico, deve ser aquele que pode “desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridos” (Cano, 1977, p.17). Um complexo precisa estar, necessariamente, dentro de um sistema totalmente capitalista. Condição preenchida pelo complexo cafeeiro paulista, e não cumprida por complexos diversos como na economia do café no Vale do Paraíba ou a economia da borracha na Amazônia.

Buscando analisar o complexo cafeeiro, Cano enumera os principais componentes dessa economia, que dentre eles estão: i) a atividade principal e motora, a produção do café; ii) agricultura produtora de alimentos e matérias primas; iii) atividade industrial; iv) desenvolvimento do sistema ferroviário; v) aumento do sistema bancário; vi) atividades de importação e exportação; vii) atividades para criação de infraestrutura; viii) participação do Estado nesse complexo.

Dada sua centralidade, seu comportamento, tanto em relação ao seu preço e a expansão da área cultivada, abrange analisar como a atividade nuclear, o café, se desenvolveu durante o período da Primeira República. A partir de 1886 nota-se forte expansão do plantio cafeeiro, que com preços favoráveis no mercado internacional e a questão da mão de obra resolvida, o café pôde crescer de forma ampla, aumento que resulta, entre 1886 e 1887, em uma triplicação do estoque do período anterior.

Aumento que pode ser visto em números: os cafeeiros em produção pulam de 1880 de 106 milhões para 685 milhões no ano de 1902. Ao fim da década de 1890 e início do século XX, com os preços tanto internos quanto externos em baixa, instaura-se uma crise na economia cafeeira, crise essa que perdura até 1910 vinculada aos

excessos de produção³. O número de cafeeiros permanece praticamente o mesmo durante esse período.

Além da baixa nos preços, outro motivo da crise e da estagnação no tamanho da produção foi causada por políticas deliberadas para combater a inflação de ambos os governos de Campos Salles e de Rodrigues Alves. Impostos sobre cada alqueire adicional utilizado para cultura do café foram adicionados e ainda as restrições propostas pelo convênio de Taubaté – como o privilégio de exportação dos cafés de alta qualidade – tornaram o aumento do plantio mais difícil (Cano, 1977).

A crise acima descrita se finaliza com a alta dos preços de 1910 em diante, resultado das medidas de Valorização do Café em 1906 e no período de 1911-1913 constata-se aumento de quase 100 milhões de novos plantios cafeeiros. Com a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, os preços caem novamente, fazendo cair a taxa de formação de novos plantios.

No ano de 1918, com o fim do conflito, esperava-se uma safra de grandes proporções, e receando nova baixa nos preços o governo do estado de São Paulo, financiado pelo governo federal, lançou o segundo plano de valorização do café. A geada intensa de 1918 e os planos de valorização do café levaram a uma explosão dos preços, acarretando a adição de 50 milhões de novos cafeeiros somente no ano de 1919.

A crise econômica nos Estados Unidos entre 1920-22 e uma expectativa de grande safra no ano de 1921 derrubaram novamente os preços, que são compensados por uma queda abrupta na taxa de câmbio. Desse modo, nos anos de 1920 e 1921 vê-se tímido aumento nos plantios, enquanto em 1922 e 1923 constata-se um grande aumento nos novos cafeeiros plantados, causado não somente pela desvalorização do câmbio como pela constante intervenção realizada pelo governo – comprando o excedente de café não exportado.

³ Estatísticas retiradas de Wilson Cano (1977) que, por sua vez utiliza base de dados abrangente: Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil; Secretaria da agricultura, Ind. E comércio do Estado de São Paulo; IBC. Curso da economia cafeeira; Simonsen, Evolução industrial do Brasil; Anuário Estatístico do Brasil, 1939-49 e Constantino C. Fraga, Resenha da História do café no Brasil.

A nova intervenção governamental feita a partir de 1922 troca o sistema de depósito do café. Anteriormente a esse período, o café era armazenado no sistema de armazéns gerais, nesse sistema o café era negociado por “*warrants*”, títulos bancários que poderiam ser descontados posteriormente.

Com a nova determinação do governo, os armazéns reguladores davam como prova do café para os fazendeiros apenas uma certificação de armazenagem e transporte, que não podiam ser negociados futuramente no banco. Motivo esse que levou a crescimento médio da expansão do plantio nos anos de 1924 e 1925 – já que mesmo com preços do café altos, o fazendeiro se via obrigado a vender seu produto estocado a um preço menor do que era vigente (Delfim Netto, 2009).

A transferência da defesa permanente do café transferido do governo federal para o governo do estado de São Paulo trouxe consigo a criação do Instituto Paulista de Defesa permanente do Café; o surgimento do Banco do Estado de São Paulo – que poderia financiar o café estocado nos armazéns reguladores por meio dos “*warrants*” – e ainda a instituição da Caixa de Estabilização, por meio do governo federal, que buscava evitar a valorização do câmbio, fatores que permitiram grande expansão da plantação cafeeira – mesmo com a crise de 1929 e a queda brusca dos preços.

Feita a análise do comportamento do plantio de café, pode-se estudar os outros elementos desse complexo econômico, e como o café, como atividade nuclear, influencia e interfere no andamento de cada um desses elementos. O uso do trabalho assalariado resolveu o problema da acumulação na economia do café e, ainda mais, promoveu um aumento da oferta de trabalhadores livres a salários flexíveis.

O número de imigrantes no estado de São Paulo aumentou imensamente a partir de 1887 e não parou de crescer durante todo o período da Primeira República. Porém, esses imigrantes tinham alguns destinos preferidos no Estado, eles eram mais demandados em regiões onde o plantio do café era mais novo, como, por exemplo, em Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto e ainda ao noroeste do estado.

Regiões como do Vale do Paraíba, Campinas, Sorocaba e Bragança recebiam menos imigrantes por serem áreas onde o plantio era mais antigo. O aumento da

oferta de mão de obra livre e assalariada trouxe um elemento importante para os produtores de café. A maior quantidade de trabalhadores possibilitava a flexibilização dos salários para baixo, tornando assim, menos custosa a produção e ainda protegia a taxa de lucro, já que em momentos de crise e preços do café baixos, era possível demitir trabalhadores ou contratá-los a salários menores (Cano, 1977).

O uso das terras no estado de São Paulo era intenso, buscava-se sempre novas terras para o plantio. Para alívio dos produtores o estado era abundante em terras disponíveis e férteis que, antes da expansão café, não eram utilizadas para nenhuma atividade econômica. Cano explica:

[...] antes da expansão cafeeira, elas [terras disponíveis] não tinham um uso alternativo em economia de mercado e seu valor era nulo; com a expansão cafeeira, seu uso é solicitado e lhe conferido um valor como parte do capital empregado na atividade cafeeira (1977, p.55)

Muitas dessas terras disponíveis para plantio não tinham posse ou eram povoadas por pequenos fazendeiros sertanejos ou índios. Assim, os cafeicultores tomavam posse facilmente dessas terras, comprando ou tomando a força (Silva, 1996). A parte dos proprietários de terras privadas protegidas por lei que antes não tinha uso, agora passam a ter incentivos para plantar café ou, por outro lado, venderem suas terras para os produtores do café. Donos de terras já mais velhas e menos produtivas poderiam vendê-las e se aventurarem no Oeste Paulista, enquanto as propriedades antigas poderiam se transformar em outros tipos de cultivo, causando uma diversificação na agricultura paulista.

Para que fosse possível a expansão da cafeicultura de forma tão rápida era preciso que os meios de transporte acompanhassem no mesmo ritmo. O desenvolvimento das ferrovias paulistas foi fundamental no desenvolvimento do complexo cafeeiro. Trabalhando com eficiência e alta lucratividade as ferrovias – na sua maioria privadas, nacionais e contando com o monopólio de transporte do café – se expandiam em ritmo compatível com o café (Saes, 2002).

Cano afirma que a diversificação da agricultura paulista está visceralmente ligada no desenvolvimento do café. O sistema de colonato deu oportunidade aos colonos de cultivarem pequenas áreas dentro da plantação cafeeira, além de receberem um salário pelo trabalho na lavoura do café. Ademais a expansão do café

estimula um processo de urbanização, que, por sua vez, requer uma agricultura que fosse independente do café.

Esses são apenas alguns dos elementos que são influenciados pelo café. O importante é entender como a expansão do café possibilitou o desenvolvimento de outras áreas da economia. A segunda parte explorará um pouco mais a fundo esses componentes da economia, como eles foram influenciados pela produção do café e como o desenvolvimento de todos componentes do complexo cafeeiro afeta quais produtos eram importados.

3 A PAUTA IMPORTADORA DE SÃO PAULO

Nesta segunda parte do trabalho será explorada a pauta importadora do estado de São Paulo na segunda década do século XX. O foco será mostrar quais eram os principais produtos importados dentro do complexo cafeeiro paulista e buscar evidências que expliquem tais importações. Serão utilizados dados do “Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo”, realizado pela “Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. A base de dados compreende dez anos, entre os 1910 e 1920, baseando-se nas estatísticas de importação pelo porto de Santos (SP).

A análise consiste em demonstrar os principais produtos importados, por exemplo, trigo e sua farinha, vinho, carvão, juta, máquinas, trilhos entre outros, e como eles estavam inseridos na economia cafeeira. O objetivo é ainda observar qual foi o papel do desenvolvimento cafeeiro na evolução da pauta importadora paulista.

Mas antes de entrarmos na análise das importações paulistas da Primeira República, é preciso entender como estava inserido o Brasil em um contexto do capitalismo internacional e, ainda, como eram as políticas cambiais e tarifárias do período.

3.1 BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO INTERNACIONAL: TARIFAS E TAXA DE CÂMBIO

A partir dos anos 1870 – período em que o capitalismo monopolista se torna predominante ao redor do globo – até 1914, o contexto mundial estava marcado pelas disputas de grandes países Imperialistas (LÊNIN, 1985). Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, brigavam entre si para impor suas pautas econômicas, políticas e culturais ao restante do mundo. A ferrenha rivalidade entre essas poucas grandes potências desembocou na I Guerra Mundial (Cardoso, 2006).

Naquele momento, o Brasil transitava politicamente, com a proclamação da República em 1889 tendo desdobramentos na participação do Brasil no capitalismo internacional. Depois do período entre 1870 e 1890 ser marcado por pouco aumento das exportações e participação do Brasil no capitalismo mundial, as exportações têm

grande salto nos dois próximos decênios. Não só o aumento das exportações se constata, mas também o maior interesse dos países estrangeiros na economia nacional. “Não há dúvida de que os acontecimentos de 1888/1889 [abolição da escravidão e a proclamação da República] criam o quadro institucional adequado para a crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial” (CARDOSO, 2006, p.384).

O Brasil se encontrava no eixo dos países não industrializados, que na divisão internacional do trabalho eram responsáveis, principalmente, pelo suprimento de alimentos e matérias primas às nações mais desenvolvidas. Durante a Primeira República, o Brasil tinha como principais bens comercializados mundialmente o café – principal produto de exportação brasileiro e cujas lavouras representavam 75% da oferta mundial –, seguido da borracha, algodão, açúcar e, ainda, com certa importância do cacau (Prado Junior, 1969).

A dependência brasileira frente ao capital estrangeiro se dava não apenas para realizar sua produção. Internamente, ainda se via muito dependente do capital estrangeiro, por exemplo, para financiar os planos de valorização do café e também para custear os gastos feitos com infraestrutura requisitada pela expansão do café (Fausto, 2006).

Quanto à política tarifária na Primeira República, elemento central na determinação dos fluxos de importação e nas receitas do Governo – pois a principal fonte de arrecadação era o imposto sobre importações – vemos que ela se deu em quatro momentos diferentes: em 1890, 1896, 1897 e 1900.

A primeira delas, a Tarifa Rui Barbosa de 1890, estabelecia que as alíquotas variassem entre 5% e 60% dos valores de diferentes importados, sendo que para Rui Barbosa essa política era razoavelmente protetora. Dois anos após a aprovação, ela foi alterada, aumentando a alíquota de alguns produtos e ainda diminuindo 30% das tarifas sobre as máquinas e outros produtos destinados para uso industrial (Villela, 2000)

No ano de 1896, a tarifa Rodrigues Alves é estabelecida com intenção de agradar diversos setores da economia. Ela, basicamente, propunha diminuir as taxas cobradas

sobre produtos focados para a indústria e taxava de forma mais pesada produtos de luxo e produtos parecidos com os da indústria nacional.

A tarifa Bernardino de Campos, de 1897, mesmo diminuindo as tarifas dos produtos importados, buscava aumentar o valor total arrecado por um aumento mais que proporcional do valor total importado sobre a diminuição das alíquotas – que em média foi de 25% - fato que depois não se mostrou real.

Já a tarifa de 1900 tinha a abordagem liberal dos livre-cambistas Joaquim Murinho (Ministro da Fazenda) e Campos Sales (Presidente da República) e se comportava de forma similar à tarifa Bernardino de Campos, reduzindo as alíquotas dos bens de consumo de forma significativa. Esta tarifa perdurou até o fim da Primeira República, porém sofreu várias modificações provenientes de pressões de setores da economia que demandavam proteção.

Villela (2000) afirma que as tarifas, por si só,⁴ não constituem em grande explicação no que diz respeito ao aumento ou não do valor total da importação. Ele afirma: “[...] as variações na tarifa ad valorem equivalente explicaram de forma apenas marginal as mudanças do custo real das importações ao longo do tempo. ” (p.39) e ainda, depois de cálculos econométricos, diz que estes “também revelaram que as variações na tarifa ad valorem equivalente foram estatisticamente não-significativas na explicação das mudanças do quantum importado pelo Brasil entre 1901 e 1928. ” (p.40).

A análise da taxa de câmbio será somente nos anos em que os dados de importação foram coletados, ou seja, entre 1910 até 1920. Gráfico a seguir mostra a taxa de câmbio (pence por mil-réis) durante o período. Podemos ver que a taxa de câmbio permanece quase que constante durante os quatro primeiros anos do período em análise. Durante a Primeira Guerra Mundial notamos uma desvalorização cambial, em virtude da fuga de capitais e queda nas receitas de exportação, ficando a taxa em

⁴ Para mais detalhes de como é feito o argumento ver VILLELA, A. A. *Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira, 1901-1928. História econômica & história de empresas* III.

torno de 12 pence por mil-réis. Com o término da guerra, o câmbio volta a se valorizar chegando a 14,5 pence por mil-réis (Franco e Lago, 2012).

TABELA 1 – Média Anual da Taxa de Câmbio (pence/mil réis), 1919-1920

Ano	Taxa Cambial
1910	16,23
1911	16,10
1912	16,15
1913	16,10
1914	14,69
1915	12,56
1916	12,06
1917	12,98
1918	13,00
1919	14,53
1920	14,50

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354.

Durante a Primeira Guerra Mundial, notamos uma desvalorização cambial, em virtude da fuga de capitais e queda nas receitas de exportação, ficando a taxa em torno de 12 pence por mil-réis. Com o término da guerra, o câmbio volta a se valorizar chegando a 14,5 pence por mil-réis (Franco e Lago, 2012).

3.2 PANORAMA GERAL DAS IMPORTAÇÕES E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As tabelas a seguir mostram quais eram os principais grupos de produtos e produtos que a economia paulista importava durante o período de 1910 até 1920.

TABELA 2 – Participação dos principais produtos importados no porto de Santos sobre total da importação, 1910 – 1920 (valores percentuais)

Produto	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Trigo em grão	11,5	7,3	5,3	6,5	13,1	20,5	15,9	9,4	15,0	8,2	6,3
Vinho comum	5,3	5,4	5,2	5,1	6,3	5,7	4,5	-	3,5	2,8	3,1

Carvão de pedra	3,5	3,4	4,1	4,1	4,8	3,4	3,3	4,8	-	-	-
Farinha de trigo	2,7	-	2,7	-	3,4	2,8	5,0	6,9	10,3	9,8	3,1
Trilhos, talas de junção e acessórios para estradas de ferro	2,3	3,1	3,1	3,2	-	-	-	3,4	-	-	-
Juta e cânhamo em bruto	-	3,0	-	-	2,6	4,7	-	7,7	4,4	7,4	-
Carros para estradas de ferro (Vagões)	-	-	-	3,8	-	-	-	-	-	-	-
Peles e couros preparados e curtidos	-	-	-	-	-	-	3,3	-	-	-	-
Papel para impressão	-	-	-	-	-	-	-	3,4	-	-	-
Algodão em fio para tecelagem	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9	-	-
Máquinas para indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,0	-
Automóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,4
Acessórios para automóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6

Fonte: BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1910-1920.

TABELA 3 - Participação dos principais grupos de produtos importados no porto de Santos sobre total da importação, 1910 – 1920 (valores percentuais)

Produto	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Artigos destinados à alimentação	29,9	23,6	23,3	22,2	34,6	40,7	30,9	24,4	34,6	26,1	19,4
Aço e ferro	11,3	12,7	12,9	13,5	9,1	7,3	8,0	10,5	5,5	11,0	14,2
Máquinas, aparelhos e acessórios, utensílios e ferramentas	11,2	12,2	13,0	12,6	10,1	-	-	6,5	5,8	7,9	10,2
Algodão	8,6	9,1	8,0	-	4,8	4,4	8,5	-	11,7	6,6	7,6
Pedras, terras e outros minerais semelhantes	5,6	5,5	6,7	8,6	8,6	6,7	7,0	7,1	-	-	-

Carros e outros veículos	-	-	-	6,3	-	-	-	-	-	-	6,5
Juta	-	-	-	-	-	5,5	5,1	7,9	4,4	7,6	-

Fonte: BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1910-1920.

Apresentado os dados, passamos à análise⁵. Percebe-se que os principais produtos importados pela economia paulista na década de 1910 eram: o trigo, a farinha de trigo, o vinho, a juta, e o carvão de pedra, posto que esses produtos se destaquem em quase todos os anos com uma grande participação no total das importações.

Trilhos, talas de junção e acessórios para estradas de ferro, vagões, automóveis, máquinas para indústria e algodão para tecelagem aparecem em alguns anos com participação significativa nas importações. Outros produtos que não figuraram dentre os cinco mais importados em nenhum dos anos, mas que têm certa importância na pauta importadora foram: cimento, peles e couros preparados e curtidos, querosene, bacalhau e aparelhos para eletricidade e iluminação elétrica.

No que tange aos grupos de produtos, os grupos mais importados eram os artigos destinados à alimentação, que em todos os anos foi o grupo que mais teve participação nas importações nacionais. Outros grupos que estão na maioria dos anos são: juta, algodão, aço e ferro, máquinas, aparelhos e acessórios, utensílios e ferramentas e pedras, terras e outros minerais semelhantes.

A I Guerra Mundial teve impacto importante nas importações brasileiras. O total de importações em 1914 cai pela metade em relação a 1913, e só volta ao mesmo nível de antes da guerra em 1919. A desvalorização cambial e ainda o foco dos países estrangeiros na guerra dificultavam as trocas e aumentavam os preços.

3.3 ANÁLISE E EXPLICAÇÕES PARA A PAUTA IMPORTADORA

⁵ Nota-se nas tabelas que alguns produtos estão sem valores em determinados anos. Isso acontece pelo fato de que se escolheu os cinco principais de cada ano, portanto não significa que não houve importação de determinado produto pelo do valor não existir. Significa que o produto em questão não entre os cinco mais importados daquele ano.

Agora, é preciso entender os motivos que levaram o Brasil a ter esta pauta importadora em específico, tarefa que empreendemos a partir deste ponto. O consumo do trigo, vinho e do alto número de alimentos pode ser explicado pelo aumento de imigrantes italianos na região paulista, além das camadas mais ricas da sociedade, que segundo Cano (1977), buscavam produtos de luxo para consumo. Dados mostram que quase 700.000 imigrantes italianos entraram no Brasil durante o período da Primeira República, seguidos pelo espanhóis e portugueses com aproximadamente 350.000 imigrantes de cada país.

Como colocamos, para que a produção cafeeira fosse possível foi necessário o fim do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado. O mercado de trabalho assalariado, por sua vez, era formado principalmente por imigrantes e, conforme a expansão do café se desenvolvia, o número de imigrantes aumentava concomitantemente.

O imigrante europeu trouxe consigo não só sua força de trabalho, mas também, seus hábitos alimentares e culturais. O italiano que veio para o Brasil tinha o costume de utilizar muita farinha de trigo para fazer macarrão, pão e outras refeições. Tasciotti (2008) em sua tese de doutorado analisa como os hábitos dos italianos vinham mudando nos últimos decênios do século XIX, e como o trigo foi ganhando cada vez mais importância nos hábitos alimentares:

In the cereal group, polenta and flour started to lose their main roles while pasta and bread made with wheat started to have an increased importance in the average diet. The diet, still based on 'poor' food, started to vary and to be richer in protein. Soup with rice, potatoes, cabbage and beans was not a rarity anymore in the midday lunch and milk started to be present in every day's breakfast (p.67).

E ainda afirma:

Surveys made about living conditions of workers in Abruzzo and Molise, in the centre and south of Italy respectively, showed how the wheat was slowly taking the place of grain. Pasta, which was rarely consumed previously, showed up more often in the everyday meal. In Campania, wheat bread was slowly substituting melic, nut and lupin bread (p.67).

Warren Dean também dá sua contribuição na análise de quais produtos eram consumidos por imigrantes: “[...] farinha de trigo, banha, sal, bacalhau, sabão, *pasta*, e, às vezes, cerveja, carne enlatada e querosene” (1976, p.13). Wilson Cano (1977)

corroborar o que foi argumentado, acreditando que o Brasil importava aqueles produtos que não tinha capacidade de produzir: artigos de luxo como, por exemplo, queijos, vinhos e conservas e, ainda, o trigo e o bacalhau. Esses motivos mostram como a expansão do café, que leva a um alto número de entrada de imigrantes, molda os produtos alimentícios que eram importados.

Em suma, o alto consumo de trigo, farinha de trigo, vinho e ainda do bacalhau – espanhóis e portugueses, como moradores da península ibérica, consumiam muitos frutos do mar – é explicado pelo alto número de imigrantes que vieram para o Brasil a fim de trabalhar no complexo cafeeiro.

Não só o grupo alimentício pode ser explicado e estudado com o crescimento do café, o setor ferroviário também foi grande beneficiário da *commodity*. Como mencionado anteriormente, a expansão do café para o Oeste Paulista foi possível pelo acompanhamento da expansão da malha ferroviária paulista.

Sem o aumento do setor ferroviário os custos de transporte do café seriam imensos e não seria viável a plantação na região. Por outro lado, a expansão da rede ferroviária também só foi possível pela expansão do café, que dava o monopólio de transporte do principal produto brasileiro e ainda possibilitava segurança quanto a novos investimentos. Cano (1977) argumenta que, como as ferrovias necessitavam de grande número de reparos e grande aparato para sua construção, uma indústria focada nas demandas da rede ferroviária foi se formando.

Do mesmo modo, o café teve participação considerável na formação e no fomento da indústria paulista. Segundo Dean (1976, p. 9) “A industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura pelo crescente mercado estrangeiro do café”. Para o autor, o café teve papel importante no aumento do sistema monetário nacional, fator que ele considerava de extrema importância para um país se industrializar minimamente.

O próprio Porto de Santos foi um empreendimento do setor cafeeiro. Outro desenvolvimento advindo do café, talvez indiretamente, foi a expansão do uso de energia elétrica para as cidades por empresas estrangeiras que pretendiam se estabelecer nesse ramo, calcadas nas esperanças de que o crescimento do café

levasse a expansão das cidades e a necessidade de maior infraestrutura, como iluminação pública.

Dean (1976) ainda afirma que:

As primeiras fábricas também se viram incalculavelmente beneficiadas pela transformação social já operada pelo café, em particular pela presença não só de uma mão de obra, assim imigrante como nativa, afeita à necessidade do trabalho constante, mas também de um quadro de técnicos e contramestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo (p.15).

Ademais, o autor, assinala que as indústrias que se formaram em São Paulo foram de produtos de baixo custo e qualidade – como por exemplo, tecidos grosseiros, cerveja, bebidas, vasilhames para engarrafar essas bebidas, sapatos, chapéus, entre outros –, e por esse motivo que elas conseguiram se implantar na economia nacional. Os produtos rudimentares produzidos internamente conseguiam se firmar na economia nacional justamente por terem custos baixos e serem mais viáveis economicamente do que os similares importados.

Apesar disso, as indústrias nacionais não contavam com muita ajuda governamental, além de políticas de tarifas sobre produtos importados citadas anteriormente – tarifas essas que segundo Villela (2000) não tinham tanto efeito para proteção industrial. Na prática, eles contavam com isenções na importação de máquinas e equipamentos. Contudo o foco do governo estava na pauta primário-exportadora do país, buscando manter os produtos primários nacionais – café e borracha, principalmente – valorizados externamente.

Wilson Cano (1977) também observa como o café teve influência na formação de uma indústria no Estado de São Paulo. O autor divide as indústrias formadas a partir do café em três segmentos: i) indústrias de fabricação de máquinas e componentes para o beneficiamento do café e utilização em sua cultura; ii) Produção de sacarias juta para embalar o café produzido e iii) demais subsetores manufatureiros.

O primeiro setor dava melhores condições para o plantio do café, diminuindo seus custos, melhorando a qualidade do produto e seu preço. Esse setor aumentava

também aumentava os lucros e por consequência o excedente do setor cafeeiro. Enquanto o café se expandisse a indústria de sacaria teria motivos e expectativas positivas para investir e aumentar seu parque industrial.

Os dados confirmam isso, pois a juta está presente na maioria dos anos como um dos principais produtos importados, produto que era utilizado para a elaboração dos sacos que acondicionavam o café. O terceiro grupo caracteriza as indústrias que foram criadas para atender às necessidades do novo mercado consumidor criado pelo complexo cafeeiro, Cano ainda afirma que depois de instalado e em funcionamento, esse grupo de indústria conseguiu crescer e ampliar seu mercado. O autor conclui que:

Como se vê, os estímulos que o café proporcionou à indústria, não se limitaram a “efeitos para frente”, entendidos pela constituição de um amplo mercado para bens industriais de consumo corrente. Seus efeitos “para trás” foram também significativos para o início da formação industrial de São Paulo. (Cano, 1977, p.81)

O carvão em pedra tem grande participação em quase todos os anos de análise. Muitas dessas indústrias voltadas para o café e mesmo as que se formaram em função do complexo cafeeiro utilizavam o carvão em pedra como combustível para suas máquinas, o que explica o alto consumo do produto durante todos os onze anos que se observa. “As primeiras fábricas eram acionadas por motores a vapor, alimentados por carvão de lenha ou carvão importado” (Dean, 1976, p.14).

Dessa forma, vemos que a expansão do café e a formação do complexo cafeeiro estimulavam muitas outras áreas da economia. A dinâmica da economia paulista muda a partir do complexo e, com isso, a pauta importadora também se transforma. Os produtos importados são um reflexo das necessidades, diretas e indiretas, da produção cafeeira. A expansão do café para o Oeste Paulista demanda o aumento no setor ferroviário, o que explica a importância das importações de trilhos, talas de junção e acessórios para estradas de ferro, de vagões, e aço e ferro.

Além disso, notamos que a indústria que se formou com a dilatação do café seria responsável pela importação de máquinas e equipamentos, carvão – usado como combustível – trigo em grão – o Brasil constitui uma indústria considerável de moagem de trigo – e ainda de aço e ferro.

O alargamento do número de imigrantes, causado pela crescente demanda do café por mão de obra, tem reflexo visível na pauta importadora. O consumo de trigo e de outros produtos destinados a alimentação dos imigrantes é alto. A formação de uma burguesia explica o consumo de bens de luxo como o vinho, por exemplo.

3.4 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

A grande controvérsia em torno do efeito que a primeira guerra mundial tem sobre a industrialização brasileira é ainda atual na historiografia econômica brasileira. Buscando dar alguma contribuição – ainda que pequena – podemos tentamos contribuir ao debate, a partir do foco do trabalho que são as importações.

Há duas das grandes teorias de desenvolvimento da indústria do país com foco na I Guerra Mundial: a teoria dos choques *adversos* e a teoria da *industrialização causada pela expansão das exportações*.

A teoria dos choques adversos aponta que choques adversos na economia, sejam eles crises internas ou externas, guerras, fenômenos naturais, causam dificuldades ao setor externo nacional, colocando barreiras à importação. A consequência disso é o aumento da demanda por produtos internos ocorrendo, assim, a substituição de importação. A I Guerra Mundial, neste contexto, seria benéfica para a indústria nacional, já que o conflito traria empecilhos para a importação, o que abriria espaços para a indústria brasileira (Suzigan, 2000).

A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações pode ser explicada de forma sintética nas palavras de Suzigan:

[Há] uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial (significando que a indústria se desenvolveu durante períodos de bom desempenho das exportações e se retraiu durante períodos de crise no setor externo)[...] (2000, p.21).

Por este ponto de vista, a I Guerra Mundial gerou distúrbios ao desenvolvimento industrial brasileiro, já que as exportações de café no período de guerra – principalmente nos anos de 1917 e 1918 – sofreram quedas significativas, dificultando a formação de renda na principal atividade exportadora nacional (Dean, 1976).

Averiguando os dados de importação, que é o escopo do trabalho, podemos chegar a algumas considerações. Observando os números de importação de artigos vinculados à indústria têxtil, é possível notar que o número de manufaturas feitas e prontas diminui durante a guerra e a participação de matéria-prima ganha força (exclusiva a lã). Isso pode mostrar o desejo da indústria têxtil nacional de crescer e de conquistar mercado nacional, ou mesmo uma demanda do mercado interno que tenha surgido e que teve que ser atendida.

Nota-se um padrão: as manufaturas desse setor caem drasticamente em 1914 e apenas recuperam os valores anteriores a guerra com o término do conflito. No entanto, as matérias primas do setor têxtil (exclusiva a lã) tem padrão contrário, o valor importado delas cai em 1914, mas se recuperam rapidamente nos anos seguintes e, em certos casos, até superam o que era importado antes da guerra começar.

TABELA – 4 Importação de produtos relacionados com a indústria têxtil, 1910-1920 (valores em contos de réis)

Produto	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Máquinas para indústria	2.827	4.030	5.845	5.877	1.485	1.113	1.907	2.062	3.305	45.733	9.462
Algodão	12.192	17.627	19.839	16.414	6.434	6.945	18.297	13.639	30.146	25.287	46.761
Em fio para tecelagem	1.314	1.564	1.987	1.854	1.073	1.599	2.931	2.514	10.044	7.251	10.357
Em fio para costura	1.325	920	1.050	988	751	668	940	1.068	2.706	2.355	2.738
Em pasta, cardado ou folhas gomadas, em rama ou lã	96	264	201	17	161	156	5.296	64	9	23	18
Alcatifas, oleados e tapetes	127	189	209	261	73	134	281	286	368	371	1.484
Meias	210	409	496	298	122	115	368	194	195	514	667
Passamaneria, rendas, tias, etc	899	1.000	1.357	913	202	195	317	887	1.816	582	1.799
Roupas feitas	408	578	840	915	312	228	250	325	487	237	765
Tecidos brancos	651	866	991	910	229	240	632	774	1.365	1.385	4.057
Tecidos crus	149	482	450	287	2	44	170	27	140	33	155

Tecidos estampados	254	420	458	260	56	45	235	362	3.522	655	2.927
Tecidos tintos	1.251	1.798	1.738	1.106	325	394	1.319	2.246	3.522	3.193	9.331
Tecidos não especificados	3.897	6.761	7.037	5.776	2.192	2.174	4.018	2.731	5.403	6.063	7.299
Manufaturas diversas	1.611	2.376	3.025	2.829	938	954	1.541	2.159	3.308	2.623	5.166
Lã	4.508	7.651	8.003	6.872	2.170	1.263	3.347	5.912	6.667	4.848	15.266
Em bruto, cardada, carbonizada, tinta e em rama	397	598	393	375	159	155	734	935	972	300	1.951
Em fio para tecelagem	872	1.253	2.327	2.167	490	111	687	1.845	1.290	781	3.474
Desperdícios	155	32	33	19	20	3	98	423	10	14	95
Tecidos diversos	2.534	3.583	4.194	3.452	1.241	818	1.517	2.295	3.708	3.006	7.620
Feltro não especificado e sarçaneta	135	241	266	212	28	33	65	51	36	53	179
Roupa feita	95	116	185	119	47	125	202	76	116	99	306
Manufaturas diversas	319	407	604	528	184	125	202	288	535	594	1.641
Peles e couros	3.967	6.238	6.219	7.674	2.865	4.949	8.268	5.642	7.270	10.689	12.558
Peles e couros preparados e curtidos	3.213	5.100	4.760	5.953	2.223	4.178	7.034	4.569	5.752	9.213	9.458
Pelo de castor, de lebre, etc.	793	837	908	1.041	452	721	1.688	1.434	2.955	3.334	9.473
Correias para máquinas	265	336	471	476	151	272	493	304	447	421	755
Manufaturas diversas	489	893	988	1.245	491	499	740	769	1.071	1.055	2.345
Seda	142	1.843	1.825	1.532	738	1.384	2.019	2.241	5.026	4.022	12.838
Em fio para tecelagem e para bordar	339	594	630	668	450	1.027	2.019	1.674	3.545	2.286	6.469
Fitas	465	397	304	181	56	37	51	118	590	339	804

Tecidos diversos	259	420	410	258	96	150	235	243	553	887	4.149
Manufaturas não especificadas	351	432	481	425	136	170	237	208	338	509	1.416

Fonte: BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1910-1920.

Já verificando como se comportou as importações de máquinas destinadas para a indústria têxtil, temos outro panorama. Observa-se que o valor importado em máquinas para a indústria cai drasticamente em 1914 e não mostra sinais de recuperação em nenhum momento durante a guerra.

Outro fator interessante é que em 1919, ano seguinte ao final do conflito, o valor importado de máquinas explode, chegando a impressionantes 45.733 contos de réis – valor que fez as máquinas para a indústria produto mais importado do ano. Esses argumentos podem nos levar a crer que a indústria nacional pode ter sido contida em seu crescimento, do ponto de vista da expansão da capacidade fabril, com a primeira guerra mundial.

TABELA 5 – Importação de máquinas para indústria, 1910-1920 (valores em contos de réis)

Produto	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Máquinas para indústria	2.827	4.030	5.845	5.877	1.485	1.113	1.907	2.062	3.305	45.733	9.462

Fonte: BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1910-1920.

Mas como interpretar essas duas constatações destoantes entre as duas visões apresentadas anteriormente? Podemos considerar que a I Guerra Mundial teve um pouco de cada teoria citada acima. Em relação ao setor têxtil, principal setor indústria brasileiro na Primeira República, o conflito foi benéfico em virtude da elevada importação de máquinas e equipamentos até 1913, o que permitiu às empresas nacionais atenderem a demanda nacional acrescida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da economia agrária-escravista para a economia agroexportadora capitalista dá nova dinâmica a economia paulista. Esse dinamismo veio com o fim do uso da mão de obra escrava e a utilização do trabalho assalariado; aumento do mercado; estímulos para industrialização e atividades comerciais; expansão da malha ferroviária, melhoria e expansão no plantio cafeeiro.

O complexo cafeeiro capitalista, diferentemente de outros complexos, foi capaz de aglutinar todos esses novos elementos pulsantes e conseguiu se desenvolver de forma notável. Mesmo com o desenvolvimento citado, o estado de São Paulo e o Brasil ainda se encontravam em condição dependente no capitalismo mundial, pois exportavam matérias primas e alimentos e importavam de bens primários às mais diversas manufaturas.

Posto isso, pudemos ver ao longo do trabalho a grande importância exercida pela expansão do café na pauta importadora paulista. Vimos como o café, como atividade nuclear do complexo, molda, direta ou indiretamente, quais os produtos a serem importados. Esses produtos importados serviam para funcionamento direto da estrutura do plantio do café ou, ainda, como elementos indispensáveis para que toda uma economia, que girava em torno do café, se desenvolvesse.

Além disso os dados da importação do estado de São Paulo nos proporcionaram entrar na discussão sobre a industrialização durante a primeira Guerra Mundial. Os dados nos levaram a crer que a indústria têxtil foi beneficiada pelo grande conflito mundial.

Claro que a pauta importadora, por si própria, não tem capacidade de explicar toda uma economia, mas nos trouxe fatos que podem ser utilizados em pesquisas futuras.

Referências

- ABREU, M. P. e LAGO, L. A. C. *A economia brasileira no Império, 1822-1889*. Texto para discussão núm. 584. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.
- BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1910 – 1920.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARDOSO, F. H. “*Dos governos militares à Prudente-Campos Sales*”. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Trad. Octávio Mendes Cajado. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1976. cap.1-2.
- DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009.
- FAUSTO, B. (2006). Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B., *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)* (pp. 217-276). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- FRANCO, G. H. B. e LAGO, L. A. C. “*O processo econômico*”. In: SCHWARCZ, L. M. *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil (1939/40)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4a ed. São Paulo: Global, 1985.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Ed. Brasiliense, 1982
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo; [Brasília]: HUCITEC: INL, 1982.
- PRADO JUNIOR, C. (1969). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SAES, F. A. M. (2002). Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In: SZMRECSÁNYI, T.

e LAPA, J. R. A. (orgs.), *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, W, *A indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

SIMONSEN, R. Aspectos da história econômica do café. In *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São paulo: Editora Nacional. 1973.

TONIOLO, G., & TASCIOTTI, L. Three Essays on Nutrition and Economic Growth. The Case of Italy: 1880-1960.

VILLELA, A. A. *Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira, 1901-1928. História econômica & história de empresas* III. 2 (2000), 27-46.